



Educar em Revista

ISSN: 0104-4060

educar@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná

Brasil

Masini, Elcie Aparecida Fortes Salzano
Uma experiência de inclusão - providências, viabilização e resultados
Educar em Revista, núm. 23, 2004, pp. 29-43
Universidade Federal do Paraná
Paraná, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155017766003>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica

Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

Uma experiência de inclusão – providências, viabilização e resultados

An experience with inclusion – requirements and results

Elcie Aparecida Fortes Salzano Masini*

RESUMO

Este artigo diz respeito à inclusão escolar de alunos com deficiência visual em uma escola da rede municipal de ensino de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, uma experiência planejada e organizada de inclusão escolar de alunos deficientes visuais com os objetivos de registrar e sistematizar os dados referentes às condições e aos recursos que favorecem a inclusão escolar. Delineia as três fases de desenvolvimento da experiência: a) preliminar; b) de organização e instalação; c) de funcionamento. A análise dos dados registrados apontou: ganhos dos participantes em tranqüilidade e conhecimentos de como se relacionar com a criança com deficiência visual, para que ela participe e contribua com aquilo que conhece e tem habilidade para realizar. A análise assinalou também limites e pontos a serem trabalhados, evidenciando a necessidade de continuidade a favor da efetivação da inclusão escolar.

Palavras-chave: inclusão escolar, deficiência visual, aluno com deficiência na escola regular.

ABSTRACT

This article discusses inclusion of students with visual impairment in a public school of São Bernardo do Campo, State of São Paulo (Brazil). It reports an experience of inclusion of visual impaired students which was

* Doutora em Psicologia. Livre Docente em Educação Especial na Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. E-mail: elcie@mackenzie.com.br

planned and organized with the objective of collecting and systematizing data about the conditions and resources that facilitate inclusion. It outlines three phases of development of the experience: a) preliminary; b) organization and installation; c) functioning. An analysis of the data shows: that the participants gained knowledge and confidence about how to relate to children with visual impairment, so that they could participate and contribute with their knowledge and abilities. This analysis also revealed limits and the need for continuity to achieve effectiveness of scholastic inclusion.

Key-words: scholastic inclusion, visual impairment, impaired student in regular school.

Inclusão

Inclusão, do verbo incluir (do latim *includere*), no seu sentido etimológico, significa conter em, compreender, fazer parte de, ou participar de. Assim, falar de inclusão escolar é falar do educando que se sente contido na escola, ao participar daquilo que o sistema educacional oferece, contribuindo com seu potencial para os projetos e programações da instituição. Falar de inclusão é remeter a situações concretas que ilustrem a afirmação: “*O princípio fundamental da inclusão é a valorização da diversidade. Cada pessoa tem uma contribuição a dar*”. (DENS, 1998)

O movimento pela inclusão no Brasil, crescente a partir da década de 90, originou-se de diversas influências, entre as quais: a luta européia de oposição à exclusão da pessoa deficiente mental do convívio social, que em 1960 deu origem à Liga Internacional pela inclusão *INCLUSION INTERNATIONAL*, originária da Bélgica e que se estendeu pela Europa, África, Indonésia, Índia, Austrália, Hong Kong e Américas; a proposta integracionista dos Estados Unidos da América quando, em São Paulo na década de 1950, experimentalmente no Instituto de Educação “Caetano de Campo”, teve início a primeira sala de recursos para deficientes visuais estudarem em classes comuns; a conferência internacional realizada em Salamanca em 1994, na qual foi reafirmado o compromisso com a “Educação para Todos”, ficando decidida a inclusão de crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, devendo a escola atender às necessidades de cada um, reconhecendo suas diversidades.

A mola propulsora da Liga Internacional pela inclusão foi a concepção de que o processo de aprendizagem social em sala de aula é um processo muito importante, considerando que as crianças deficientes têm pouca estimulação de amigos. Fundamentou-se em um princípio de luta contra a proibição de freqüentar a escola por critérios de incapacidade, assim como não se ousaria selecionar pessoas para freqüentar a escola por critérios de nacionalidade, cor ou classe social.

Da situação da inclusão escolar no Brasil, nos anos 1998 a 2002, pode-se assinalar algumas características, entre as quais:

- a adoção da declaração de Salamanca nas diretrizes educacionais dos órgãos federais e estaduais, garantindo em decretos oficiais a matrícula de crianças com deficiência nas escolas regulares;
- a inserção do tema inclusão em programas e eventos científicos, em reivindicações ligadas às pessoas com deficiência, em publicações e nos meios de comunicação;
- a constatação de que a Educação não propicia a inclusão ao matricular de forma indiscriminada alunos com deficiência, sem realizar estudos sobre as condições específicas requeridas e o correspondente preparo de professores e transformações no contexto das escolas, para o atendimento da criança com deficiência.

A escola passou a aceitar a criança com deficiência em seu quadro discente, sem contudo cuidar apropriadamente da formação de professores, permanecendo estes sem preparo para lidar com a criança diferente. Acresceu-se a essa problemática o fato de que o professor especializado, em sua formação, também não aprendeu a lidar com o professor do ensino comum. Assim, a entrada de crianças com deficiência na escola regular não contou com as condições necessárias para que o processo de inclusão pudesse ocorrer.

O movimento de inclusão no Brasil tem sido acompanhado de aplausos e de reprovações. De um lado há concordância a respeito da inclusão como oposição à exclusão de crianças com deficiências do ensino comum. Neste sentido todos passam a defendê-la e ninguém se arriscaria a se pronunciar contra ela. De outro lado, há discordância quanto à inclusão indiscriminada, na qual, sem qualquer avaliação prévia, a criança com deficiência é matriculada na escola regular, sem análise de suas condições e das necessidades requeridas para seu atendimento, quer do ponto de vista de recursos humanos, quer do ponto de vista das adaptações físicas e materiais.

A educação inclusiva, segundo DENS (1998), abandona a idéia de que só a criança normal pode contribuir; volta-se para o atendimento às necessidades da criança com deficiência, e para tal requer um currículo apropriado.

Contudo, isso é necessário mas não suficiente, pois, como afirma esse autor, ainda que se providenciem todos os recursos pedagógicos, faz-se, também, necessária a mudança de ideologia e esta é uma transformação lenta. Esse posicionamento pode ser identificado com a luta de BASAGLIA (1968; 1971) contra o internamento institucional do doente mental, em defesa de sua integração social. A esse respeito assegura BASAGLIA (1975) que se quer transformar a realidade – e a realidade é esta da qual dispomos – permanece sempre o problema da contemporânea transformação de nós mesmos. Mas essa transformação do homem é a mais difícil, impregnados como somos de uma cultura que se fecha a quaisquer contradições – por meio da racionalização e do refúgio na ideologia que enfatiza e toma em consideração um só pólo. Enfatiza o autor a necessidade de modificações em diversos planos, para mudar a realidade – no plano da ação social, como também no da transformação subjetiva –, movendo internamente a inércia do homem na relação consigo mesmo e com os outros. Sob essa perspectiva BASAGLIA define seu conceito social de cura, que implica numa sociedade que duvide da exclusão social, trazendo em seu âmago a crença na inclusão.

O enfoque social predominante nesse conceito de cura assemelha-se ao enfoque da inclusão da criança com deficiência, que de diversas formas vem assinalando ser a inclusão um problema da sociedade e que os paradoxos e resistências têm que ser encontrados no sistema social: RIESER (1995) propõe que se fique atento às barreiras sociais que não estão diretamente ligadas à deficiência, mas a preconceitos, estereótipos, discriminações; MRECH (1999) afirma que os problemas da pessoa com necessidades especiais não estão nela tanto quanto estão na sociedade, que deverá ser chamada a ver que cria problemas para as pessoas portadoras de necessidades especiais, causando-lhes desvantagens; a Classificação Internacional da Funcionalidade (WHO, 2001) surge como instrumento para medir a qualidade de vida pela funcionalidade e pela condição sociocultural em que o indivíduo está inserido.

Sobre a situação no Brasil da inclusão escolar de crianças com deficiência no ensino regular, tanto professores universitários especialistas no assunto como profissionais que atuam diretamente com esses alunos têm se referido ao que propicia e ao que constitui dificuldade à sua realização. Entre os professores universitários, MAZZOTTA (1998) enfatiza a necessidade de, além dos ideais proclamados e das garantias legais, conhecer as condições reais da educação pública e obrigatória, para identificar e dimensionar os principais pontos de mudanças necessárias; AMIRALIAN (1999) assegura que o movimento de inclusão só terá sucesso se investirmos em mudanças profundas no sistema educacional e nos profissionais; BUENO (2001) refere-se à necessidade

de apoio ao trabalho docente para implementar processos de inclusão. A opinião a respeito da viabilidade da inclusão dos que estão na prática das escolas – de professoras e orientadora educacional especializadas em deficientes visuais, professor de educação física e uma psicóloga, pertencentes à Educação Especial da Secretaria de Educação da Prefeitura de São Bernardo, no Estado de São Paulo, em 1999 – apontou o que segue: para que ocorra a inclusão é necessário haver união entre a escola e a comunidade; um processo gradativo com estudo, planejamento, orientação à família e à comunidade; equipe suficiente, com preparo e disponibilidade; equipamento apropriado e serviços de apoio técnico e pedagógico. Sem essas condições, a inclusão não ocorre.

Alguns especialistas em educação especial apresentam sugestões de recursos necessários à efetivação da inclusão escolar. MRECH (1998) propõe:

- aconselhamento aos membros da equipe para desenvolverem novos papéis para si e para os demais profissionais envolvidos;
- auxílio na criação de novas formas de estruturação do processo ensino - aprendizagem, direcionados às necessidades dos alunos;
- oportunidade de desenvolvimento aos membros da equipe;
- apoio ao professor de sala comum em relação às dificuldades de cada criança e de seus processos de aprendizagem;
- compreensão, por parte dos professores, da necessidade de ultrapassar os limites de cada criança, a fim de levá-la a alcançar o máximo de sua potencialidade;
- possibilidade de que os professores tenham acesso a alternativas para a implantação de formas adequadas de trabalho.

MASINI (1999), ressaltando as responsabilidades dos envolvidos diretamente no processo de inclusão escolar, assinala a necessidade de que:

- cada um conheça seus próprios limites, pessoais e de formação, e no que pode contribuir para a inclusão da criança com deficiência;
- sejam examinadas as condições e limites das escolas;
- sejam analisadas as formas possíveis para que a inclusão se realize em benefício da criança deficiente;
- os projetos educacionais se façam em uma dialética teoria/prática, em uma constante avaliação do que ocorre com a criança com deficiência.

Enfatiza (MASINI, 2000) a importância de investigações que forneçam dados sistematizados e analisados sobre experiências de inclusão de alunos com deficiências em escolas, identificando:

- **como** fazer a inclusão, no que diz respeito aos recursos humanos e materiais;

- **com quem**, ou seja, quais os alunos a serem integrados e incluídos;
- **onde** serão incluídos, tanto do ponto de vista educacional como social;
- **o que** se objetiva da inclusão;
- **condições** oferecidas para que ocorra.

Esse dados, juntamente com a assessoria à Equipe do Centro Municipal de Apoio ao Deficiente Visual “Nice Tonhozi Saraiva”, pertencente à Educação Especial da Secretaria de Educação da Prefeitura de São Bernardo-SP, constituíram conteúdo para reflexão e delineamento de um Projeto Piloto de inclusão escolar de alunos com deficiência visual em escola da rede regular de ensino, conforme exposto a seguir.

O nascimento de um projeto de inclusão escolar

Nos anos de 1999 e 2000, na qualidade de assessora da equipe de profissionais do Centro Municipal de Apoio ao Portador de Deficiência Visual “Nice Tonhozi Saraiva” (CMAPDV), realizou-se uma programação com a equipe, envolvendo atividades de estudos, reflexão, análise e discussão da própria prática educacional, contemplando questões de ordem teórica e prática.

Com relação às questões de ordem teórica, foram desencadeados aprofundamentos de estudos, fundamentando a reflexão sobre a prática, referentes aos seguintes temas:

- Pesquisas sobre percepção, ação e conhecimento de pessoas cegas e com baixa visão;
- Autoconceito da pessoa deficiente – o *self* real e o falso *self*;
- A família e a pessoa deficiente – prioridades a serem consideradas;
- Ética e deficiência na atuação profissional;
- Aprendizagem por compreensão ou pela repetição – ensino da Geografia;
- Como favorecer a escolarização de crianças com deficiência visual;
- A criança com deficiência visual e outros comprometimentos – participação no Encontro Internacional sobre surdo-cegueira (ampliando conhecimentos sobre o homem);

Foram também realizadas leituras e discussões de textos (MEYER; KISHI, 1985; McDONNELL; HARDMAN, 1989; SNELL; EICHNER, 1989) referentes à inclusão escolar de crianças com deficiências realizada em outros países e as mudanças requeridas da escola para passagem do sistema de segregação para o de inclusão. Esses autores apresentaram uma série de passos necessários para propiciar a inclusão, envolvendo preparo cuidadoso político, estrutural, organizacional e administrativo; expansão de serviços apropriados; formação e atuação de profissionais; organização de equipes responsáveis; planejamento e estratégias referentes à atitude e à ação pedagógica; envolvimento de pais e da comunidade; avaliação do projeto de inclusão.

Com relação às questões de ordem prática, foram discutidas situações da atuação profissional da equipe, não só no trabalho de acompanhamento nas escolas, como também no atendimento no próprio CMAPDV. São apresentados a seguir itens que foram relatados pelas professoras e assistente social, sinalizando a necessidade de algum tipo de encaminhamento:

- dificuldades de alunos que estão nas classes regulares, sem terem desenvolvido condições vitais básicas para sua autonomia, exigindo dobrada atenção do professor especializado;
- problemas emocionais de alunos, com grandes dificuldades de relacionamento ou de desempenho requerendo encaminhamento para tratamento psicoterápico;
- orientação psicológica a familiares para relacionamento com o filho (ou parente) deficiente visual.

Da reflexão sobre a prática junto ao aluno com deficiência visual, apoiada nos estudos teóricos e na leitura de trabalhos sobre a inclusão escolar de crianças com deficiências realizados em outros países, ficou evidenciado que a inclusão escolar constituía realmente um desafio a ser enfrentado com cuidado. Isso alertou sobre o zelo requerido no estabelecimento das etapas para obter mudança a favor da inclusão. Da consideração a esses dados concretizou-se o que será apresentado a seguir:

Projeto-piloto de inclusão escolar

Objetivo Geral:

Realizar uma experiência planejada e organizada de inclusão escolar de alunos deficientes visuais, considerando suas necessidades e especificidades.

Objetivos Específicos:

- registrar e sistematizar os dados referentes às condições e aos recursos utilizados para preparo de professores, técnicos e pessoal de serviço;
- registrar e sistematizar os dados referentes às condições e aos recursos materiais;
- analisar as condições que favoreceram a inclusão escolar, considerando como critério de resultados positivos a participação do aluno com deficiência visual em atividades pedagógicas e sociais;
- analisar condições que dificultaram a inclusão escolar, considerando como critério de dificuldade o isolamento do aluno com deficiência visual em atividades pedagógicas e sociais.

A exposição feita a seguir constitui um breve delineamento da experiência, sem detalhamentos a respeito de como foi feita a inclusão no que diz respeito a cada aluno deficiente visual e às condições oferecidas referentes aos recursos humanos e materiais.

Fase Preliminar da organização do Projeto – Iº semestre 2001

- Definição e indicação da Escola Municipal de Ensino Básico (EMEB) “Professor Cassiano Faria” para realizar o Projeto, considerando os seguintes critérios: proximidade física com o CMAPDV; número de alunos portadores de deficiência visual matriculados; organização do espaço físico da instituição e das classes; continuidade do atendimento já iniciado junto aos alunos desta unidade.
- Oficialização da escola contemplada.
- Criação de comissão para planejamento e implantação do projeto.
- Discussão e elaboração da proposta nos diferentes níveis de decisão (CMAPDV, EMEB, Seção de Educação Especial e Secretaria de Educação e Cultura).
- Diagnóstico das condições existentes e levantamento das necessidades: físicas (adaptação do ambiente escolar, função e uso dos diferentes es-

paços e equipamentos e adaptações arquitetônicas) e humanas (definição dos profissionais e de suas atribuições, bem como do acompanhamento do projeto pela assessora da área de deficiência visual).

Fase de organização de implantação – 2º semestre 2001

1. Participantes do Projeto:

Equipe diretamente envolvida na organização, implantação e funcionamento:

EMEB: equipe técnica (diretora e coordenadora pedagógica e professoras das classes regulares em que estão os alunos com deficiência visual).

CMPDV: equipe técnica (coordenadora pedagógica, assistente social, psicóloga), professora itinerante e assessora.

Participantes em variados momentos da organização, implantação e funcionamento:

EMEB: professores de classes regulares e funcionários.

CMPDV: professoras especializadas.

A participação ocorria nas vivências, atividades desenvolvidas e reuniões.

2. Detalhamento descritivo da inclusão desejada:

Definição das: interações interpessoais procuradas, situações pedagógicas e sociais, atividades envolvidas e material requerido.

Registro de dados de cada criança com deficiência visual da escola, especificando:

História de vida do estudante (dados da família e da escola);

Expectativas da família e da escola a respeito dele(dela);

Temores e apreensões da família e da escola a respeito dele(dela);

Palavras usadas para descrevê-lo(a);

Suas possibilidades, pontos fortes e habilidades;

Necessidades e limites como seria o ideal cotidiano da escola e o que deve ser realizado para isso ser adquirido.

3. Identificação dos desafios para inclusão:

Listagem de problemas potenciais e levantamento, observação e registro de sintomas de exclusão.

Fase de funcionamento – 1º e 2º semestres 2002

Coube ao CMAPDV, em parceria com a equipe do ensino regular (direção, coordenação da escola, professor), o desenvolvimento das atividades ex-postas a seguir:

1. Dar continuidade ao atendimento regular realizado às escolas do ensino municipal.

- Ensino itinerante: acompanhamento realizado pela professora habilitada à escola regular para acompanhamento da rotina do aluno na escola, observação de aula, recreio, sociabilização do aluno, utilização dos materiais adaptados, sugestões de planejamentos. A quantidade de visitas periódicas da professora itinerante à unidade escolar é definida a partir das necessidades da unidade escolar e disponibilidade de horário da professora itinerante. Especificamente no atendimento à EMEB onde se realizou este estudo, a professora itinerante realizou a visita duas vezes por semana.
- Adaptação de materiais pedagógicos como transcrições (de avaliações, de textos da tinta para o braile e do braile para a tinta, permitindo ao aluno contar com o material adotado pelo professor, e ao professor da sala regular ter acesso à produção do aluno cego).
- Confecção de materiais diversos visando a proporcionar o desenvolvimento global do aluno com deficiência visual, por meio de recursos didáticos apropriados (como livros gravados, mapas em relevo, bola com guizo, dominó em relevo, jogo da memória ampliado e com contraste, jogo da memória em braile, confecção de maquetes, livros ampliados) e condições facilitadoras a seu processo de aprendizagem.
- Orientação e troca de informações com os professores da classe comum por meio da participação da equipe técnica e professor itinerante do Centro de Apoio em reuniões pedagógicas, em horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC).
- Reuniões com profissionais de outras instituições que atuam com os alunos, como fonoaudiólogas, psicólogas, oftalmologistas.
- Atendimento no CMAPDV aos alunos com deficiência visual, em um ou mais dos programas oferecidos, a saber: Atividades da Vida Diária (AVD); Orientação e Mobilidade (OM); Recursos específicos (braile, sorobá, gráficos).

Cada programa é estruturado em atendimentos de 50 minutos semanais, ministrados pelos professores especializados.

Os alunos freqüentam o CMAPDV no período oposto ao da escola regular.

2. Atendimento específico promovido pelo Projeto de Inclusão

- Promoção de cursos, palestras e encontros informativos para toda a comunidade escolar (professoras, equipe técnica, funcionários, alunos, pais).

Foram promovidos os seguintes cursos:

Caminhando e Tateando - Curso com vivências oferecido a todos os funcionários do estabelecimento, constituindo momentos sistemáticos de reflexão compartilhada sobre questões pertinentes ao aluno com deficiência visual, buscando aprofundar o significado de conceitos e atitudes que favorecem o processo de inclusão destes alunos.

Em Foco - Curso oferecido a professoras e pais, para caracterizar a baixa visão, descrevendo os transtornos oftalmológicos de maior ocorrência no Brasil.

Apresentação das patologias, acompanhada de informações sobre as adaptações educacionais indicadas a cada caso.

Vamos Brailar - Curso oferecido a professoras, funcionários e pais para divulgar o sistema de escrita e leitura braile, visando a favorecer a comunicação escrita com a pessoa com deficiência visual.

- Promoção de vivências - palestras a toda a comunidade escolar (professoras, equipe técnica, funcionários, alunos, pais).

Foram oferecidas as seguintes situações de vivência a professores e alunos, para ampliar conhecimentos sobre alguns aspectos de como se está no mundo quando não se dispõe da visão como sentido predominante.

Espaço perceptual - Construção de um “ambiente”, em parceria com professores de artes, com pouca luminosidade, constituído de diferentes recursos para exploração dos sentidos auditivo, tátil, olfativo, cinestésico e gustativo.

Quadro de comunicação em braile - Colocação em lugar de passagem obrigatória na escola de um quadro de feltro, no qual os alunos da escola e professores tinham acesso à escrita em código braile. Foram informados o local e a finalidade desse recurso e todos foram convidados a lá deixar qualquer palavra que quisessem ter transcrita em braile, como o próprio nome ou o nome de um objeto.

Foram realizadas reuniões com os participantes para discussão sobre essas situações.

Feira de Ciência na Escola - Participação de alunos com deficiência visual, expondo e informando sobre recursos específicos de auxílio à pessoa com deficiência visual, tais como: sorobã; máquina de datilografia braile; reglete e punção; recursos de informática para uso da pessoa com deficiência visual; relógio adaptado; CCTV para o uso de pes-

soas com baixa visão; livro ampliado; luminárias; prancha para elevação do material; régua; marcadores pretos; prancheta; pautas ampliadas bem marcadas; canetas *paper mate* e *ultra fine paper mate*; óculos prismático; régua; lupa 4D (com marcação de tinta); lupa de mão 20D; lanterna iluminada 24D (lupa de apoio); telelupa.

Comentários sobre os dados – ganhos e limites

As situações, atividades e vivências oferecidas foram registradas e discutidas. Dos dados analisados podem-se assinalar ganhos para os participantes e esclarecimentos sobre condições que facilitaram a inclusão escolar do aluno com deficiência visual na EMEB “Professor Cassiano Faria”.

Os participantes da experiência de inclusão manifestaram estar mais tranqüilos e saber melhor como se relacionar com a criança com deficiência visual, para que ela participe e contribua com aquilo que conhece e tem habilidade para realizar. Entre os itens considerados de grande contribuição, foram citados os que seguem.

- discussões sobre situações práticas de como favorecer a escolarização;
- debates sobre atitudes que ajudam o aluno com deficiência a ter um autoconceito positivo e as que prejudicam o aluno nesse sentido;
- vivência no “espaço perceptual” e participação nas discussões esclareceram sobre a maneira de perceber e as necessidades específicas de quem não dispõe de visão, propiciando maior segurança para lidar com a criança com deficiência visual, no convívio do dia-a-dia e no trabalho escolar;
- a participação de toda a equipe (professores especializados e professores do ensino regular e equipe técnica) para discutir, a partir de diretrizes teóricas, relatos sobre práticas pedagógicas e de atividades sociais com o aluno com deficiência visual.
- acompanhar atividades de grupo – composto de alunos videntes e alunos com deficiência visual – em sala regular e em comemorações na escola, nas quais participavam ativamente daquilo que o sistema educacional oferecia.

Foram também assinalados limites ao processo de inclusão, por causa de questões materiais ou de despreparo dos profissionais da escola. Nesse sentido, arrolaram-se queixas sobre: falta ou atraso de material adaptado para a criança cega, ficando esta isolada e inativa quando o material não está dis-

ponível na hora da atividade; dificuldades e desconhecimento de como lidar com alunos com problemas emocionais; necessidade de orientação à família sobre cuidados de higiene, quando a criança aparece suja ou com roupa suja, sendo rejeitada pelos colegas por esse motivo e não por ter deficiência.

Em comentário quase unânime, professoras e funcionários afirmaram ter a experiência realizada na escola contribuído para maior integração e cooperação entre os alunos, deixando quase como um coro a pergunta: essa integração do aluno com deficiência visual que ocorreu na escola vai ocorrer fora da escola?

Essa interrogação evidencia que os participantes da experiência, além dos ganhos de conhecimento sobre a deficiência visual e sobre como lidar com esse aluno, ampliaram também sua concepção sobre a inclusão e as dificuldades para que isso ocorra. É uma pergunta que estende o olhar sobre a criança com deficiência visual para além dos muros da escola. Essa preocupação manifestada pelos participantes do Projeto parece semelhante à da Classificação Internacional da Funcionalidade, voltada para a qualidade de vida na condição sociocultural em que o indivíduo está inserido. Questões como essa revelam ganhos na compreensão da deficiência visual e na ampliação da sensibilidade à situação da pessoa com deficiência e do significado de inclusão. Preocupações como essa mostram a importância de dar continuidade a vivências e reflexões sobre a vida cotidiana da pessoa com deficiência. O dia-a-dia, na escola e fora dela, no convívio com as crianças com ou sem deficiência, vai delineando sempre novas situações que requerem atenção às condições de desenvolvimento que lhes podem ser oferecidas.

A análise dos dados evidenciou concordância com MEYER e KISHI (1985), MCDONNELL e HARDMAN (1989), SNELL e EICHNER (1989), quanto à necessidade de preparo cuidadoso para a inclusão escolar de crianças com deficiências. Cabe, no entanto, lembrar que esta experiência não é representativa da realidade cotidiana da escola pública brasileira, mas sim de um Projeto-Piloto – planejado e organizado com os objetivos de registrar e sistematizar os dados referentes às condições e aos recursos que favorecem a inclusão – realizado em condições privilegiadas. No entanto, apesar da situação privilegiada – quanto às condições oferecidas aos participantes e às providências tomadas – e do atendimento regular realizado pelo CMAPDV aos alunos com deficiência visual da rede de ensino municipal de São Bernardo, a análise apontou, ainda, limites e necessidades não atendidas para a efetivação da inclusão escolar.

Esta experiência de forma sistematizada reiterou o que as leituras haviam assinalado: a inclusão escolar constitui um desafio a ser enfrentado com cuidado e zelo; constituem requisitos necessários mas não suficientes o conhecimento

mento das especificidades dos alunos, as metas bem definidas, a clareza sobre as condições oferecidas, o estabelecimento de etapas e propostas, a disponibilidade de profissionais aptos a lidar com o aluno e com os recursos apropriados; alerta às responsabilidades daqueles envolvidos no processo de inclusão escolar se se tem o benefício da criança como diretriz.

Esta experiência reiterou, na prática, as afirmações iniciais desta comunicação. Falar de inclusão escolar é falar do educando que se sente contido na escola ao participar daquilo que o sistema educacional oferece. Contribuir para a inclusão escolar do aluno, com ou sem deficiência visual, requer atenção contínua ao que cada um manifesta de suas possibilidades e habilidades. Uma ação que vise a efetivar a inclusão da criança com deficiência remete a situações concretas de convívio. Requer clareza sobre a contribuição que cada um pode dar, clareza inclusive sobre a própria ação, a própria racionalização e ideologia. É um trabalho que vai se constituindo ao longo do tempo; não se constrói e finaliza em um período fixo de duração; requer continuidade.

REFERÊNCIAS

AMIRALIAN, N. L. T. *Inclusão, integração, conceitos, abrangência e viabilidade na realidade brasileira*. Trabalho apresentado no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 1999.

BASAGLIA, F.; ONGARO, F. B. *L'istituzione negata – Rapporto da un ospedale psichiatrico*. Torino: Giulio Einaudi, 1968.

BASAGLIA, F.; ONGARO, F. B. *La maggioranza deviante. L'ideologia del controllo sociale totale*. Torino: Giulio Einaudi, 1971.

BASAGLIA, F. et al. *Crimini di pace – ricerche sugli intellettuali e sui tecnici come addetti all'oppressione*. Torino: Giulio Einaudi, 1975.

BUENO, J. G. S. A inclusão do aluno deficiente nas classes comuns do ensino regular. *Temas sobre o desenvolvimento*, v. 9, n. 54, p. 21-27. São Paulo: Memnon, 2001.

DENS, A. *La Educación Especial una visión sobre la integración y la inclusión desde un enfoque pedagógico*. Tema livre apresentado no II Encontro Mundial de Educación Especial, Havana, Cuba, 1998.

LIBERTY, K.; HARING, N. G. Establishing Inclusive School Communities. In: HARING, N. G.; ROMER, L. T. *Welcoming Students who are Deaf-Blind into Typical Classrooms*. Baltimore: Paul Brookes Publishing CO., 1995.

MASINI, E. F. S. Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador. *Temas sobre o desenvolvimento*, v. 7, n. 42, p. 52-54. São Paulo: Memnon, 2001.

MASINI, E. F. S. A inclusão escolar. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 5., 2000. *Anais ...* São Paulo: Vetur, 2000, p. 23-28.

MAZZOTTA, M. J. S. A inclusão e integração ou chaves da vida humana. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3., 1998, Foz do Iguaçu, Paraná.

MRECH, L. M. *Educação inclusiva: realidade ou utopia* - texto apresentado na Mesa Redonda de mesmo título no Evento organizado pelo LIDE - Laboratório Interunidades de Estudos sobre as Deficiências, Universidade de São Paulo, 1999.

MRECH, L. M. O que é educação inclusiva? *Revista Integração*. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. C. 8, p. 37-40, 1998.

RIESER, R. The social model of disability. Invisible children. *Joint Conference on Children. Images and Disability*, London, 1995, p. 55-56.

WHO. International Classification of Functioning Disability and Health (ICF: May 2001).

Texto recebido em 19 maio 2003

Texto aprovado em 02 out. 2003